FERRÉS, Joan. *Televisão subliminar: socializando através de comunicação despercebidas*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

JACKS, Nilda. *Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

LOPES, Maria Immacolata V. Pesquisas de recepção e educação para os meios. *Comunicação & Educação*, ano II, n. 6, p. 35-40, maio/ago. 1996.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTIN-BARBERO, Jésus.. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: ECA/USP, Brasiliense, 1995.

PIRES, Giovani De Lorenzi. A mediação tecnológica do esporte como substituição da experiência formativa. *Corpoconsciência*, n. 9, p. 23-39, mai. 2002.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TEMPO LIVRE

A expressão *tempo livre* corresponde, em inglês, a *free time*; em francês, diz-se *temps libre*; em espanhol, *tiempo libre*; e, em alemão, usa-se a expressão *Freizeit*.

O ser humano vive no espaço e no *tempo* e é na relação dessas categorias que ele estabelece suas relações sociais. A história da humanidade é marcada pela história do tempo e das maneiras de medir o tempo. Por isso, as formas de organizar e medir o tempo revelam a organização dos grupos sociais. As sociedades humanas sempre se organizaram em "tempos sociais", ou seja, em tempos que determinam as atividades sociais: o tempo para o trabalho, o tempo para a família, o tempo da educação, o tempo para a religiosidade, etc. A vida em coletividade é regida pela articulação desses tempos sociais, enquanto cada indivíduo percebe e controla o tempo internamente. Hoje, estamos acostumados a viver com base nos símbolos do calendário e do relógio e a medir nossas atividades pelo segundo, minuto, hora, dia, semana, mês e ano, de tal forma que mal podemos imaginar como os homens de épocas anteriores puderam existir sem a ajuda desses elementos. Quanto maior é o desenvolvimento tecnológico de uma sociedade, mais indispensáveis são os instrumentos de padronização e medição do tempo. O tempo pode ser visto como uma instituição social de caráter coercitivo (Elias, 1998) já que toda a existência humana é abarcada pelo sistema de autodisciplina exercido pelo tempo.

A compreensão do *tempo livre*, visto como um dos tempos sociais, sempre esteve vinculada aos significados do trabalho e do tempo de trabalho e, dessa maneira, seu sentido principal prevalece sendo o de um *tempo de não-trabalho*, embora nem todo tempo fora da esfera do trabalho seja um tempo disponível para o lazer ou para o ócio. Os séculos XVIII e XIX foram importantes para o significado do tempo de trabalho e do tempo de não-trabalho, pois o desenvolvimento das indústrias nesse período altera os "usos" do tempo. A partir da chamada Revolução Industrial, exige-se maior sincronização e controle do tempo, tanto no trabalho como fora dele. Antes das sociedades industriais, o limite entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho era tênue, uma vez que os homens eram mais autônomos em relação ao uso de seu tempo. No campo, o camponês orientava – e em alguns lugares ainda pode orientar – o tempo de suas atividades pela natureza, pela posição do Sol, pelo canto do galo e o ritmo de trabalho variava de pessoa para pessoa. Com o desenvolvimento das indústrias e do capitalismo, o tempo do homem passa a ser medido pelo dinheiro e o tempo dominante passa a ser o tempo das máquinas. Assim, os donos das máquinas passam a ser vistos como os donos do tempo. Com o movimento progressivo da sincronização do trabalho, houve um processo de estruturação do tempo industrial que implica, conforme sugere Pronovost (1996), a introdução de três aspectos maiores: a regulação do trabalho, a divisão do trabalho e a disciplina do tempo de trabalho.

O uso do tempo no campo e no *meio rural* sempre foi incomparável com o uso do tempo nas fábricas e no *meio urbano*. No campo, o tempo de trabalho é alternado com o tempo de não-trabalho e o domingo é o dia estabelecido para o repouso, com exceção das épocas de colheita. Este tempo vivido no campo vai sendo historicamente substituído pelo tempo calculado, mensurável, previsto, linear e que, portanto, pode ser gasto, desperdiçado, perdido ou ganho. A difusão e a popularização do relógio se davam exatamente no momento em que a Revolução Industrial exigia uma maior sincronização no trabalho. Além da máquina à vapor, o relógio também pode ser visto como uma "máquina" típica da Revolução Industrial. Os relógios servem, então, para harmonizar os comportamentos humanos. Segundo Elias (1998), à função de orientação do relógio, soma-se a de instrumento de regulação da conduta e da sensibilidade humanas. As ações humanas são influenciadas pela mensagem passada pelo relógio: o atraso, a pontualidade ou o adiamento, por exemplo. Nessa ideologia de valorização do tempo útil mensurável, que se acentua com o desenvolvimento do capitalismo e a ética puritana, o tempo de não fazer nada (ócio) ou de lazer não era bem aceito. O tempo livre – no sentido de ser o tempo liberado do trabalho – era considerado devorador do tempo-dinheiro. O tempo, por mais abstrato que seja, era propagado como mercadoria valiosa e não podia ser desperdiçado. Porque o tempo era mensurável, ele poderia ser trocado por tudo, até por dinheiro. Desde o final do século XVIII, a desaparição progressiva da ociosidade foi anunciada. O Iluminismo impôs a valorização da atividade e a exaltação do trabalho produtivo, recusando

o ócio – no sentido de desperdiçar o tempo de forma improdutiva. Ainda hoje, a preguiça é um dos "pecados capitais". No entanto, o tempo livre de ociosidade era condenado apenas para a classe de trabalhadores, pois os setores dominantes das sociedades industriais viam nesse tempo a possibilidade de libertação, criação e alegria. O que marcava a classe dominante e a distinguia dos trabalhadores assalariados era, dentre outras coisas, o fato de ela poder dispor de seu tempo livremente. Dessa forma, é possível afirmar que a disponibilidade de tempo é um marcador social que pode dar prestígio ao homem. Veblen (1988) chamou de *classe ociosa* as classes nobres, as classes sacerdotais, as classes altas que ocupavam seu tempo em ocupações não industriais. As tarefas de subsistência, os trabalhos manuais e na indústria eram reservados a uma classe inferior. Para Veblen (1988), o *ócio* não é indolência, mas um tempo gasto em atividade não produtiva, o que demonstra a capacidade e a possibilidade de viver uma vida inativa e de gastar seu tempo com atividades que não visem à obtenção de dinheiro.

Grande parte dos autores que estudam lazer atribui ao *tempo livre* a idéia de um tempo em que não se faz nada por obrigação; é, então, um tempo liberto das obrigações no qual se pode optar por fazer alguma atividade prazerosa, descansar ou simplesmente não fazer nada. O lazer seria uma esfera desse tempo livre – ou tempo liberado – que implicaria em realização de atividades, enquanto ao ócio associa-se comumente a idéia de não fazer nada, de contemplação e preguiça. A opção e a escolha são características típicas desse *tempo livre*. Alguns autores (Marcellino, 1990) preferem tratar desse tempo considerando-se um *tempo disponível* em que não se busque nenhum objetivo financeiro, mas apenas a satisfação pessoal, seja pela prática de lazer, seja pela contemplação no ócio.

A problematização que pode ser feita em torno da expressão *tempo livre* é que tempo algum pode ser verdadeiramente livre das coações, da lógica do capital ou de normas sociais (Adorno, 1995; Fromm, 1963; Marcellino, 1990; Padilha, 2000). Na verdade, quando se pensa na palavra "livre" para qualificar um tempo, o que está sendo pensado como seu oposto, o que precisa ser liberado? Quais seriam as "oposições" à liberdade? O trabalho é visto – sobretudo no capitalismo – como a principal obrigação, a principal oposição à liberdade, a qual só poderia ser vivenciada pelo trabalhador num tempo fora do trabalho. Isso porque, em grande medida, sob a lógica do capital, o trabalho é momento de prevalência da *heteronomia*, da imposição de fora para dentro de como ocupar seu tempo, do que se deve fazer ou não fazer; o trabalho é, para os trabalhadores, fonte de alienação ou de "estranhamento", para usar um termo marxiano. Dessa forma, o tempo de não-trabalho é visto como um tempo de liberdade, de liberação das amarras presentes no trabalho, é um tempo de *autonomia* em oposição a heteronomia do trabalho. Mas este valor atribuído ao *tempo livre* advém de quê? Em outras palavras, pode-se perguntar: o que é que tem no tempo livre de verdadeiramente libertador?

A tese que alguns autores defendem (Adorno, 1995; Fromm, 1963; Mészáros, 1989; Antunes, 1999; Padilha, 2000) é a de que a lógica do capital rege não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho e que, dessa forma, não há nada *naturalmente* livre no tempo fora do trabalho. Pensar o tempo livre (e as atividades de lazer) como um tempo que possui automaticamente as qualidades de alegria, liberdade, felicidade e descanso é reforçar uma concepção conservadora (como a funcionalista, por exemplo) da sociedade considerando-a harmoniosa, equilibrada e fornecedora de remédios para os eventuais males sociais; uma concepção de sociedade que vê a "cura" da alienação e do cansaço do trabalho no tempo de lazer. Isso não quer dizer, no entanto, que o tempo livre não seja um tempo em que se encontram mais brechas de autonomia que no tempo de trabalho. O tempo livre pode ser um tempo de alienação e consumismo, mas também pode ser um tempo de reflexão e *praxis*. É preciso lembrar, no entanto, que as formas de ocupações e usos do *tempo livre* são variadas entre as distintas classes sociais e entre frações de uma mesma classe, lembrança esta que nos atenta para os riscos de se pensar uma sociedade homogênea em que todos são iguais e em que todos têm oportunidades iguais, seja de trabalho, seja de vivência do tempo livre. Numa abordagem crítica da sociedade ela é apreendida como contraditória, o que faz com que o tempo livre, como um fenômeno social, também seja cheio de contradições.

A busca de uma *redução da jornada de trabalho* tem sido uma "luta" travada por trabalhadores de várias épocas e lugares, em alguns momentos priorizando o aumento do tempo livre e, em outros, priorizando soluções para o desemprego. Para Marx (1989), o "reino da liberdade" só poderia ser alcançado com a redução da jornada de trabalho, o que inspirou outros autores (Gorz, 1993) a pensar na necessidade de redução da jornada de trabalho para liberar o tempo dos trabalhadores, o qual deveria ser gradativamente autogerido com atividades autoterminadas. Para isso, a redução da jornada de trabalho não poderia ser acompanhada de uma redução de salário. A meta dos sindicatos passaria a ser, então, não mais a luta pelo pleno emprego, mas a luta pela redução radical da jornada de trabalho sem redução de salários. No entanto, o que falta nesse tipo de abordagem é um ataque mais incisivo aos limites impostos pelo capitalismo à *emancipação humana*, de forma a pensar que a redução do tempo de trabalho "estranhado" não elimina o estranhamento do trabalho. O tempo que resta continua sendo regido pela lógica do capital, ou seja, o tempo disponível ampliado continua sendo regido pelos interesses do capital. Então, vale perguntar: Qual é o elemento revolucionário necessariamente implícito na redução da jornada e do tempo de trabalho? Não seria necessário, junto com a redução do

tempo de trabalho, eliminar a dimensão abstrata do trabalho e a expropriação da mais-valia para que o tempo disponível também seja vivido de forma autônoma?

Valquíria Padilha

Bibliografia

ADORNO, T. *Palavras e sinais.* Modelos críticos 2, Petrópolis: Vozes, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ELIAS, N. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FROMM, E. *Psicanálise da sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GORZ, A.. Bâtir la civilisation du temps liberé. *Le Monde Diplomatique,* Paris, mar. 1993.

MARCELLINO, N.C. *Lazer e educação.* Campinas: Papirus, 1990.

MARX, K. *O capital.* v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, Livro I.

MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e estado capitalista.* São Paulo: Cadernos Ensaio, 1989. (Série Pequeno Formato, v. 5).

MOTHÉ, D. *L' utopie du temps libre.* Paris: Esprit, 1997.

PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito.* Campinas: Alínea, 2000.

PRONOVOST, G. *Sociologie du temps.* Paris/Bruxelles: De Boeck & Larcier S.A., 1996.

SUE, R. De la sociologie du loisir à la sociologie des temps sociaux. *Sociétés – Revue des Sciences Humaines et Sociales,* 32, Paris, 1991.

THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: ______. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase.* [s. l.]: Editorial Crítica, 1979.

VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.* São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

TERCEIRO SETOR

São três os setores capazes de estabelecer mudanças na realidade social. O primeiro setor é o Estado, responsável pelo controle coletivo e pela melhoria das condições de vida. O segundo é o mercado que corresponde aos interesses privados, cuja competição, por mais eficaz e racional, visa ao lucro como resultado. E o terceiro é a sociedade civil, formada por comunidades locais, lingüísticas, étnicas, profissionais, religiosas, ou seja, pessoas em situações semelhantes e que partilham características importantes, como a confiança, a solidariedade, a fé, a amizade, gerando cooperação e unindo pessoas em sentido coletivo com o mesmo objetivo.

A ação do terceiro setor é definida como um conjunto de iniciativas particulares sem fins econômicos e com sentido público. Incluem-se nessa denominação as organizações, que vão desde fundações, com estruturas formais rígidas e uma relação de proximidade com o Estado e com grandes empresas, a movimentos sociais pouco ou muito estruturados, englobando grupos ambientais, culturais, religiosos e associações de moradores que constroem estratégias que buscam melhorias para uma comunidade ou grupo específico da população. Uma de suas características é sua extrema heterogeneidade, o que repercute na ausência de consenso quanto à abrangência de seu conceito (Teodósio; Resende, 1999; Fernadez, 1994; Voigt, 2001; dentre outros).

O nível de organização de uma sociedade guarda relação direta com o terceiro setor. A ação pública da sociedade civil é capaz de mobilizar recursos, sinergizar iniciativas, promover parcerias em prol do desenvolvimento humano e social sustentável. O olhar da sociedade civil detecta problemas, identifica oportunidades e vantagens colaborativas, descobre potencialidades e soluções inovadoras em lugares em que o olhar do Estado não penetra e ao mercado não interessa, porque não gera lucro. A quantidade, a qualidade, a força e o conhecimento acumulado dessas organizações formam o capital social de uma nação, não contabilizado nos cálculos de seu Produto Interno Bruto (PIB) (Franco, 2000).

O fortalecimento do terceiro setor tem relação direta com o surgimento de inúmeros desequilíbrios e desigualdades advindos do processo de desenvolvimento entre as nações. A globalização vem ocupando-se apenas dos aspectos econômicos e está deixando à mostra problemas sociais sérios que necessitam ser abordados com urgência, como a preservação do meio ambiente, mudanças nos processos de produção, a exclusão social, a fome, a mortalidade infantil, a saúde humana, o analfabetismo, a habitação, valores como a paz e a ética. Existe o reconhecimento na sociedade da importância de promover o desenvolvimento sustentado que, além do tradicional enfoque econômico, direcione esforços no atendimento às necessidades humanas e que todas as políticas públicas e ações governamentais procurem ir além dos processos de produção e consumo, vitais para a questão ambiental, mas que priorize também o desenvolvimento social.

Uma tendência bastante significativa para enfrentar os problemas sociais emergentes é a ascensão de organizações não-governamentais (ONGs) que se apresentam como um dos fenômenos mais notáveis nesse final do século XX e começo do novo milênio. Esse fenômeno também passou a ocorrer no Brasil, com o início da organização da sociedade que começou a querer fiscalizar e participar das decisões públicas, num processo de ampliação da cidadania. Hoje, no Brasil, somam-se, aproximadamente 250 mil organizações atuando nos mais diferentes setores, com ênfase principalmente na área social. Em todos os níveis, tanto local quanto de caráter